

Entre duas datas

ARTUR
COSTA (*)



Fez no dia 17 de Abril trinta anos que os estudantes da Universidade de Coimbra cometeram uma ousadia cujas consequências para o regime de então foram as de uma estocada que o deixou KO para o resto dos seus dias. Daí ao 25 de Abril haveriam de mediar apenas cinco anos, durante os quais o citado regime foi cambaleando na sua pseudo-abertura marcelista e investindo, ao mesmo tempo, com assomos de raiva aturdida, que não eram senão o prenúncio do seu fim próximo e do golpe de misericórdia que lhe foi desferido pela "Revolução dos Cravos".

Aquela ousadia, vista à distância de trinta anos, e em plena época de liberdade, parece uma

coisa de somenos. Inaugurava-se oficialmente o edifício das Matemáticas, com toda a pompa e circunstância. Estavam presentes altos dignitários do regime, com Américo Tomás, o presidente corta-fitas, à frente. Todos muito rodeados da lacaiada pidesca, que espiava todos os movimentos através de óculos escuros. No decurso do protocolo, numa pausa dos discursos, Alberto Martins, o presidente da Associação Académica, mandatado pelos estudantes, pediu cortesmente para usar da palavra. Foi como se uma bomba tivesse rebentado na sala. Américo Tomás ficou tartamudo e gaguejou qualquer coisa. Os restantes membros da comitiva, ora fuzilavam com os olhos os estudantes que pejavam a sala, ora se deixavam tomar por um pânico obnócio, ora carregavam o cenho com um ódio a prometer vinganças terríveis. Basta ver as fotografias que estão numa exposição inaugurada no passado dia 17 na Casa da Cultura da cidade de

Coimbra. Recomendo que atentem bem nos olhos esguelhados do dr. José de Hermano Saraiva, por cujas frestas se despedem raios às miríades, numa tempestade de fúria. Quem o vê hoje como um divulgador de coisas históricas de descorrida comunicação televisiva não é capaz de suspeitar aquela "facies".

"Exmo. Senhor presidente da República: peço para usar da palavra em nome dos estudantes". Estas foram as palavras subversivas, celeradas, que mancharam a limpidez oficial do protocolo. Este foi o crime que pôs o regime em polvorosa.

A palavra, evidentemente, não foi concedida, se bem que tivesse havido uma hesitação por parte do senhor que usurpava as funções de presidente da República: "Bem, mas agora vai falar o senhor ministro das Obras Públicas"... E falou. E, no fim de ele falar, puseram-se mas é logo todos a mexer dali para fora, sempre muito escoltados pela tal lacaiada pidesca, que

lhes foçava o caminho por entre a multidão.

A partir desse mesmo dia, Coimbra ficava a ferro e fogo. Polícias de choque com cães e cães com polícias de choque, suspensões de estudantes de frequência às aulas e abertura de processos disciplinares; GNR a cavalo pelas ruas e em jipes (a)celerados, por cima dos passeios e praças; encerramento da universidade e prisões de estudantes às centenas, indiciados por crime de sedição e assuada — um crime punido com pena de prisão maior de 2 a 8 anos. Isto, num crescendo de repressão que foi radicalizando a luta dos estudantes (radicalização que, por sua vez, fazia recrudescer a repressão e assim sucessivamente), até à decisão, em Assembleia Magna dos estudantes, de greve aos exames. Os estudantes foram subindo a fagulha da sua luta reivindicativa até a fazerem coincidir com objectivos que passavam necessariamente pela democratização da sociedade e do ensino, confe-

rindo-lhes, assim, uma natureza claramente política.

A Academia nunca mais foi a mesma a partir de então, pois a chamada crise de 69 implicou uma total mudança de hábitos do quotidiano (desde a forma de trajar ao relacionamento entre estudantes e entre estes e os professores), uma radicalização das lutas estudantis, tanto no aspecto político como no aspecto ideológico e, naturalmente, feridas e fracturas que cavaram fossos e incendiaram ódios entre os estudantes, divididos entre os que alinharam e os "traidores". Algumas coisas boas e outras más. Tudo porque um estudante começou por cometer o crime de pedir a palavra.

O regime sofreu um sério rombo. Não foi o único, nem o decisivo, mas foi, certamente, o último sério rombo, a prenunciar já o 25 de Abril. Aos olhos das novas gerações, nascidas já em liberdade, tudo o que descrevi parece uma ficção inverosímil, mas foi verdade.

(*) Procurador-geral adjunto no Tribunal da Relação do Porto